



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 036/2020.

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 001/2020.

TIPO: MELHOR PROPOSTA TÉCNICA COM O PREÇO FIXADO NO EDITAL.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA FORTES-MG, situada na Praça Vicente Prata Mourão N°63 na cidade de, Oliveira Fortes/MG, através da sua **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, torna público, para o conhecimento de quantos possam interessar, que fará realizar a Licitação Processo n° **036/2020**, na Modalidade de **CONCORRÊNCIA Nº001 /2020**, com julgamento do tipo “**Melhor Proposta Técnica com o Preço Fixado no Edital**”, para Outorga de Permissão de serviço público de transporte individual de passageiros do Município - serviço de táxi – visando adequar e regularizar o serviço no Município de Oliveira Fortes-MG.

Os documentos de habilitação e as propostas poderão ser entregues até a data e hora designadas para a abertura da sessão, nos dias úteis, no horário entre 12hs e 17hs, no endereço constante neste preâmbulo.

A abertura do certame será realizada no dia 06/05/2020, às 10:00hs (dez horas).

LEGISLAÇÃO

A licitação, bem como a execução do objeto serão regidos pelas seguintes Leis:

Lei Federal N.º 8.666/93, com suas posteriores alterações;

Lei Federal N.º 8.987/95, de 13 de fevereiro de 1995;

Lei Municipal N°883/2020, de 13 de março de 2020;

TEXTO

O certame será regulado pelas seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1– Trata-se de Permissão de serviço público destinado ao transporte individual de passageiros em pontos da Zona Urbana e Rural do Município de Oliveira Fortes que disponibiliza 20(vinte) placas vermelhas, categoria aluguel com esta finalidade, além de 1(uma) placa com reserva para condutor com deficiência.

1.2 - No **ANEXO 1** deste edital constam todas as características dos veículos e as especificações necessárias à execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

2 - DAS DEFINIÇÕES

2.1 - Adotam-se neste instrumento e em toda a documentação a ele associada as seguintes definições:

I - Concessão de serviço público: a delegação de sua prestação feita pelo Poder Concedente mediante licitação na modalidade de concorrência à quem demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

II - Permissão de serviço Público: delegação a título precário, mediante licitação, da prestação de serviço público, feita pelo poder concedente à pessoa que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco;

III - Permissão: é o ato unilateral e precário através do qual o Poder Público transfere a terceiros o desempenho de um serviço de sua responsabilidade;

IV - Poder Concedente: no caso do presente regulamento, é o município de Oliveira Fortes/MG, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não de obra pública, objeto de concessão ou permissão;

V - Município, Poder Concedente ou Órgão Gestor: Entidade que promove a licitação;

VI - Proponente, Licitante ou Concorrente – Pessoa Natural que se habilite ao processo licitatório, na forma exigida no presente Edital;

VII - Comissão Permanente de Licitação ou CPL – Comissão designada na forma da Lei, para receber, analisar documentos de habilitação e julgar as propostas apresentadas;

VIII- Contratante – Município de Oliveira Fortes, signatário do instrumento contratual para execução do objeto;

IX - Permissionário (a) – pessoa física ou jurídica que executa o objeto licitado e a ela adjudicado, na forma do instrumento contratual, firmado com a Administração Pública, do município de Oliveira Fortes;

X - Administração – todos os órgãos, entidades ou unidades do Município;

XI - Serviço Adequado: aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, conforme definido na Lei Federal nº 8.987/95 (no que couber) e no Código de Defesa do Consumidor;

XII- Serviço Defeituoso: aquele que não fornece a segurança que o usuário dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: o modo de seu fornecimento; o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; a época em que foi fornecido;

XIII - Usuário: toda pessoa física ou jurídica que utiliza o serviço público;

XIV - Partes: Poder Concedente, Permissionário e Usuário;

XV - Fiscalização: Órgão do Município com a incumbência de fiscalizar os serviços contratados com a cooperação dos usuários.

3 - DO PRAZO



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

3.1 - O prazo da Permissão objeto do presente processo licitatório será de 15(quinze) anos, a partir da assinatura do respectivo termo, podendo ser revogado, sumariamente a qualquer tempo e sem ônus para o Município, observada a natureza precária e discricionária da permissão.

4-DO EDITAL, DA MODALIDADE E DO TIPO DE LICITAÇÃO

4.1 –O presente edital de licitação obedecerá integralmente a Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações;

4.1.1 – Por se tratar de Permissão onerosa para a exploração do serviço de transporte individual de passageiros, adotou-se a modalidade de Concorrência, nos termos e prazos determinados na Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

4.2 - Ainda, conforme permitido pelo art. 18-A da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e alterações posteriores será adotada nesta licitação a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento.

4.3 - Também, em cumprimento ao art. 5 da Lei nº 8.987, o Município deverá publicar ato normativo justificando a conveniência da outorga de permissão cujo objeto descrito alcança os limites geográficos do Município.

4.4 –O edital e os respectivos anexos poderão ser examinados e obtidos mediante recolhimento do valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida, por quaisquer interessados, nos dias de expedientes na Prefeitura Municipal de Oliveira Fortes/MG, no horário de 12:00h às 17:00h, na Sala de licitações, no endereço indicado no preâmbulo.

4.5 – Os interessados que requisitarem o instrumento convocatório se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo nos mesmo veículos em que tomou conhecimento, com vista a possíveis alterações e avisos.

4.6- Para as solicitações dos editais enviados por correio eletrônico é necessário que ao fazer o download do edital o interessado informe seu endereço à Comissão de Licitação, via e-mail, possibilitando possíveis e futuros contatos.

4.7 – Também poderá ser solicitado via e-mail, no seguinte endereço eletrônico:

licitacao@oliveirafortes.mg.gov.br

4.8 - O município esclarece que os servidores indicados para conduzir a licitação poderão determinar a interrupção da sessão por períodos determinados.

4.9- Não estando concluída a licitação até o término do horário de expediente externo da prefeitura, o presidente da sessão, poderá determinar a suspensão da sessão com continuidade nos dias úteis imediatos em horários a serem fixados.

4.10 - O presidente da comissão informa que não se responsabiliza por editais e documentos enviados por e-mail ou fax ou por qualquer outro meio de comunicação à distância, uma vez que podem ocorrer falhas na transmissão da mensagem e dificuldades para abrir os arquivos.

4.11 - O aviso referente a presente Licitação permanecerá afixado no quadro de publicações oficiais localizado no *hall* da Prefeitura Municipal de OLIVEIRA FORTES/MG, até a data da reunião inaugural certame, sendo, ainda, publicado no DOE (Diário Oficial do Estado) e no DOM(Diário Oficial do Município - <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>).

5 - DOS ESCLARECIMENTOS, DAS IMPUGNAÇÕES, DA ENTREGA E DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

5.1 - As dúvidas quanto a interpretação dos termos utilizados nos documentos que integram este instrumento, bem como qualquer incorreção ou discrepância encontrado nos mesmos, deverão ser apresentados ao Município, até 02(dois) dias úteis antes da data de abertura dos envelopes



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

com os documentos de habilitação e proposta. Para isso os interessados deverão dirigir-se à Comissão de Licitação no endereço citado no preâmbulo deste instrumento, nos dias úteis, no seguinte horário: 12:00hs às 17:00hs.

5.2 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o Edital poderão ser feitos pelo tel: (032) 3366-1133, no horário de 12:00 às 17:00hs, dias úteis, ou pessoalmente na sala da Comissão de Licitações.

5.3 - Os recursos e impugnações serão obrigatoriamente protocolados junto ao setor de licitações.

5.4 - Os pedidos de esclarecimentos, e as impugnações do edital devem ser protocoladas diretamente na Comissão de Licitação e dirigidas ao Presidente da Comissão de Licitações.

5.5- Somente serão considerados pedidos de esclarecimentos e impugnações entregues na via original, não sendo aceito cópias dos documentos, ou, ainda, documentos enviados por fax ou por qualquer outro meio de comunicação à distância.

5.6- Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações do edital, entregues em forma diversa do estabelecido neste Edital, não serão conhecidos.

5.7 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização do certame.

5.8- O Município não aceitará reclamação a qualquer pretexto se as dúvidas não forem formuladas dentro do prazo e condições aqui expostas.

5.9 - A solicitação de esclarecimentos não será considerada como motivo para prorrogação da data de entrega dos documentos de habilitação e proposta.

5.10 – Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas poderão ser entregues até a data e hora designadas para a abertura do certame, nos dias úteis, no horário entre 12h e 17h, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, sito à Praça Vicente Prata Mourão, 63, Centro, Oliveira Fortes/MG.

5.11. A abertura dos envelopes se dará no local informado no item 5.10.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO

6.1 – Além de realizar as obrigações estipuladas no Projeto Básico constante do **ANEXO 1** o permissionário deverá ainda:

6.2 – Apresentar, após a assinatura do contrato, a Cópia da Carteira Nacional de Habilitação, com a inscrição “exerce atividade remunerada”, bem como, submeter-se a fiscalização e controle da execução por parte do Município, permitindo aos encarregados da fiscalização, livre acesso, ao veículo do permissionário.

6.3 – Frequentar os cursos caso sejam indicados pelo Município, juntamente com o motorista auxiliar, caso haja.

6.4 - Observar, na prestação dos serviços, sob pena de cassação da permissão e rescisão do Contrato, toda e qualquer prescrição e norma de caráter sanitário, segurança do trabalho e meio ambiente expedida pelos órgãos públicos competentes e legislação correlata.

6.5 - Responder por todos os prejuízos causados ao Município, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo Município exclua ou atenua essa responsabilidade.

6.6 - Recolher aos cofres municipais, o valor definido como retribuição pela outorga da permissão sempre que solicitado, fazer prova de quitação da Previdência Social, e entregar cópia da GRPS da concessionária e do recolhimento do ISS.

6.7 - Solicitar anualmente, a renovação do seu alvará de funcionamento e, ainda, providenciar o cadastro junto ao Município, na forma exigida pela lei;

6.8 - Incumbem ainda ao permissionário (**art. 31 da Lei Federal nº 8.987/95**):



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

- a) Prestar serviço adequado, na forma prevista na lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;
- b) Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados a concessão;
- c) Prestar contas da gestão dos serviços ao poder concedente e aos usuários nos termos definidos no contrato;
- d) Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;
- e) Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços, bem como segurá-los adequadamente.

6.9 - Além de executar o objeto conforme previsto, o permissionário se obriga, ainda, a comunicar ao Município, qualquer ocorrência anormal verificada na execução do contrato.

6.10 - O permissionário é o único responsável por todas as obrigações fiscais, para fiscais, trabalhistas, securitárias e previdenciárias, referentes à sua pessoa e a do motorista auxiliar, caso haja, inclusive as relações empregatícias, se houverem, com os profissionais e demais pessoas que utilizar na execução do objeto permissionário.

6.11 - Em face da supramencionada responsabilidade inexistirá qualquer vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza, entre o Município e prepostos, auxiliares, profissionais ou sócios do permissionário.

6.12 - O permissionário, quando solicitado pelo Município, promoverá o afastamento e conseqüente substituição de funcionário que apresentarem baixa produtividade, for descortês com a fiscalização ou não realizarem o serviço de forma satisfatória.

6.13 - O permissionário deverá residir no Município ou possuir domicílio eleitoral;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE (art. 29 da Lei Federal nº8.987/95):

7.1 - Obriga se o Município a:

- a) Fiscalizar permanentemente o serviço concedido;
- b) No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos a administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária;
- c) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;
- d) Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;
- e) Intervir na prestação dos serviços com o fim de assegurar o fiel cumprimento das normas;
- f) Extinguir a permissão nos casos previstos na lei e no contrato;
- g) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

8 - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS (art. 7º da Lei nº 8.987/95):

8.1 - São direitos e obrigações dos usuários:

- a) Receber serviço adequado na forma do art. 6º da Lei Federal 8.987;
- b) Receber da Prefeitura e da concessionária, informações para defesa de interesses individuais ou coletivos;
- c) Obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do Município;
- d) Levar ao conhecimento dos Poderes Públicos e da Concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- e) Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela permissionária na prestação dos serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

- f) Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços;
- g) Fazer os registros que julgar oportuno no livro próprio, que deverá sempre estar disponível na sede da concessionária;
- h) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

9 - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 - A fiscalização da execução do contrato ficará a cargo do Município por servidor ou pessoa jurídica especialmente designada para esse fim, que, entre outras, terá a atribuição de atestar a realização do objeto de conformidade com o previsto neste instrumento.

9.2 – A fiscalização fica impedida de receber pagamento com documentos de cobrança que não atendam rigorosamente às condições previstas neste instrumento, sendo certo que qualquer tolerância ou mesmo a inobservância do procedimento ora estabelecido não representará, jamais, novação ou alteração do que ficou pactuado.

9.3 - Qualquer entendimento entre a fiscalização e o permissionário será sempre por escrito, não sendo levadas em consideração, para nenhum efeito, quaisquer alegações fundadas em ordens ou declarações verbais.

9.4 A fiscalização é exercida no interesse dos usuários e não exclui ou reduz a responsabilidade exclusiva da permissionária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, as quais, se verificadas, não implicarão em co-responsabilidade do Município ou de seus prepostos.

10 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

10.1 - Poderão participar da presente licitação interessados que atendam as exigências do presente edital.

10.1.1 – No presente certame reservar-se-ão 01(uma) das vagas para eventuais interessados/condutores com deficiência. Tais vagas poderão ser preenchidas pelos demais licitantes, caso não haja nenhum interessado/conductor naquelas condições.

10.2 – Não poderão participar da licitação consórcios, grupos de pessoas e cooperativas.

10.3 – Também não poderão participar da licitação:

- a) Servidores efetivos, temporários ou comissionados da administração direta ou indireta do Município de Oliveira Fortes;
- b) Não poderão participar do presente certame interessadas declaradas inidôneas de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8666/93 ou suspensas de participar de licitações ou contratar com esta Administração nos termos do inciso III do mesmo artigo.

11 – DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA TÉCNICA

11.1 -Os licitantes formularão sua proposta apresentando à Comissão de Licitação dois envelopes: o primeiro (**ENVELOPE Nº 1**), correspondente à “**PROPOSTA TÉCNICA**” e o segundo (**ENVELOPE Nº 2**), relativo aos “**DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**”.

11.2 - A **PROPOSTA TÉCNICA** seguirá o modelo do ANEXO 3, contendo as informações e documentos relacionadas no ANEXO 13.

11.3– Já os **DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO** estão relacionados no ANEXO 14 deste edital e se referem aos aspectos jurídico, fiscal, econômico e financeiro de cada licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

11.4 – Os documentos serão apresentados em uma única via, digitada em linguagem clara, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, datada assinada, com todas as suas páginas rubricadas, contendo os documentos e informações relacionados nos ANEXOS 11 e 13 respectivamente relativos aos documentos de habilitação e proposta técnica.

11.5 - Os documentos solicitados serão apresentados no original ou através de cópia autenticada, podendo, ainda, apresentar cópia simples desde que apresentados os originais no momento do certame, para a autenticação por membro da Comissão de Licitação.

11.6 -Os envelopes confeccionados com material opaco serão recebidos pela Comissão de Licitação, durante o expediente normal da entidade. A partir da data de publicação do aviso até o início da sessão inaugural, quando os licitantes que ainda não o fizeram serão convocados à fazê-lo pelo presidente da comissão de licitações.

11.7 - Os envelopes externamente serão identificados da seguinte forma:

À PREFEITURA DE OLIVEIRA FORTES
PROCESSO LICITATÓRIO nº036/2020
CONCORRÊNCIA Nº001/2020.
ENVELOPE 1 - PROPOSTA TÉCNICA
NOME DO LICITANTE

e

À PREFEITURA DE OLIVEIRA FORTES
PROCESSO LICITATÓRIO nº 036/2020
CONCORRÊNCIA Nº 001/2020.
ENVELOPE 2 –DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
NOME DO LICITANTE

11.8 - A entrega dos ENVELOPES 1 e2 sem que este edital tenha sido tempestivamente impugnado, implicará na plena aceitação por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

11.9 - O licitante, antes de apresentar sua proposta deverá examinar e estudar cuidadosamente todos os documentos da licitação, estar ciente e concordar com todas as cláusulas estabelecidas no edital, ao qual se submeterá integralmente e irrevocavelmente;

11.10 – Em consequência, a entrega dos envelopes será considerada como evidência de que o licitante:

a) Tomou conhecimento de todas as condições para realização e cumprimento das obrigações estipuladas no presente instrumento;

b)Examinou completamente todos os elementos entregues pelo Município, que os comparou entre si, e que obteve do Município todas as informações e esclarecimentos necessários sobre qualquer ponto que considerou duvidoso, antes de preparar sua proposta.

11.11– Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

11.12 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

11.13 - A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

11.14 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas, o presidente da comissão poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos do município ou de profissionais especializados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

11.15 - O não cumprimento de diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou desclassificação de sua proposta.

11.16 – Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12 – DA PREPARAÇÃO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

12.1 - Havendo inversão na ordem das fases da licitação **serão abertos inicialmente os envelopes com as propostas técnicas** e, após decorrido o prazo de recurso, os envelopes com a documentação dos licitantes classificados.

12.2 - Para fins de verificação da habilitação dos licitantes, a aceitação de certidões ou documentos emitidos através da Internet está condicionada a confirmação da autenticidade, pelo Município, junto ao órgão emissor.

12.3 - Os demais documentos solicitados serão apresentados no original ou através de cópia autenticada, ou ainda, cópia acompanhada do original para autenticação pela Comissão de Licitação.

12.4 - No caso de autenticação pela Comissão de Licitação, os originais dos documentos devem ser apresentados à Comissão por ocasião da entrega dos envelopes e serão devolvidos ao licitante no final da sessão.

12.5 - Os envelopes fabricados com material opaco, com os documentos para habilitação e as propostas técnicas, serão entregues à Comissão de Licitação, fechados com cola, indevassáveis de modo que estejam asseguradas suas inviolabilidades.

13 - DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

13.1 - Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste instrumento.

13.2 - Em hipótese alguma, após a entrega das propostas, serão admitidas retificações, cancelamento ou alterações da proposta técnica, ou ainda, modificação nas condições estipuladas neste instrumento ou nas propostas dos concorrentes.

13.3 - A Comissão examinará as propostas apresentadas desclassificando as que:

- a) Deixarem de apresentar todos os documentos solicitados;
- b) Oferecerem objetos com especificações em desacordo com o instrumento convocatório;
- c) Oferecerem condições de pagamento de forma diferente do previsto no instrumento convocatório;
- d) Condicionem sua oferta a quaisquer condições não previstas neste Edital;
- e) Conttenham ressalvas, rasuras, emendas ou entrelinhas;
- f) Forem ilegíveis;
- g) Conttenham limitações, omissões, alterações, adições ou correções;
- h) Apresentadas sem assinatura do interessado ou de seu representante legal;
- i) Preenchidas a lápis;
- j) Tenham validade inferior a 60 (sessenta) dias.

13.4 - A proposta técnica será julgada considerando o desempenho do conjunto veículo e motorista.

13.5 - Cada Licitante poderá participar com apenas um veículo. Portanto concorrerá a uma única placa.

13.5.1 – O licitante deverá identificar e informar as características do veículo que pretenda utilizar conforme ANEXO 3.

13.6 - A seguir os fatores selecionados para julgamento:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

FATOR DE JULGAMENTO	FATORES A SEREM CONSIDERADOS PARA JULGAMENTO	CONDIÇÕES OFERTADAS PELO LICITANTE
1	ANO DE FABRICAÇÃO	
2	CAPACIDADE DO MOTOR (CC)	
3	CAPACIDADE DO PORTA MALAS	
4	AR CONDICIONADO	
5	NÚMERO DE LUGARES - INCLUSIVE MOTORISTA	
6	EXPERIÊNCIA COMO MOTORISTA PROFISSIONAL	
7	EXPERIÊNCIA COMO MOTORISTA DE TAXI	

13.7- São considerados como proprietários, aqueles constantes do documento: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos.

13.8 – Na hipótese dos veículos registrados em nome de terceiros, é necessário que o mesmo forneça uma declaração autorizando o licitante a apresentar o veículo em sua proposta técnica – ANEXO 8 – AUTORIZAÇÃO.

13.9 – O veículo pode estar em nome do licitante ou de terceiros desde que, neste último caso, autorizado, pelo proprietário conforme modelo de autorização do ANEXO 8.

13.10 - Estando o veículo em nome de terceiros, o licitante que o indicou **terá o prazo máximo de 20(vinte) dias após a divulgação do resultado final para efetuar a transferência para o seu nome, caso tenha saído vencedor.**

13.11 -Ultrapassado o prazo estabelecido sem que a transferência seja efetivada a proposta será desclassificada, e convocados novos licitantes, obedecido a ordem de classificação para executar o serviço.

13.11.1– Somente serão aceitas as transferências dos veículos indicados pelos respectivos licitantes em sua proposta, não sendo admitidas quaisquer tipos de substituição ainda que o veículo substituto seja da mesma marca, modelo e ano de fabricação.

13.12 – Concluída a transferência, será efetuado pelo município, inspeção em todos os veículos, por funcionário ou consultor especialmente designado para verificar se os mesmos são compatíveis com as condições mínimas estabelecidas no edital.

13.13 - Estão formulados fatores a serem avaliados em cada um dos veículos apresentados pelos licitantes principalmente levando em conta os aspectos de conforto e segurança dos usuários do serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

13.14 - No julgamento técnico, a Comissão de Licitação poderá solicitar o auxílio de funcionários especializados para assessorá-la.

13.15 - A contagem dos pontos será realizada pela Comissão considerando os documentos e informações constantes da proposta técnica.

13.16 - Para cada fator foram definidas opções para que a comissão faça o enquadramento dos veículos, cada uma delas com a devida pontuação a ser aplicada.

13.17 - A Comissão de Licitação, desejando um exame mais detalhado, poderá convocar os licitantes para apresentar os veículos para serem examinados por funcionários ou profissionais contratados.

13.18- Fatores a serem utilizados encontram-se no ANEXO 11 deste edital.

13.19 - Considerando que neste edital a proposta técnica se refere ao conjunto motorista-veículo, os fatores 01 a 05 se referem ao veículo e os fatores 06 e 07 ao licitante motorista.

13.20 -Com relação ao fator 06,o tempo como motorista profissional será apurado nas informações da documentação apresentadas, dentre elas a Carteira Nacional de Habilitação, funcionando como termo final de prazo a data de abertura dos envelopes fixada neste edital.

13.21 - Com relação a apuração do tempo como motorista de táxi, fator 07, a comprovação dos respectivos períodos se darão através de cópias de documentos tais como Alvarás, Certidões, atestados e declarações, informando o período,número das placas utilizadas, acompanhados pelos respectivos termos de outorga, documento este,firmado conjuntamente, pelo responsável pelo serviço de táxi e pelo prefeito do respectivo município, informando o período que o licitante exerceu a atividade de motorista de táxi, funcionando como termo final de prazo a data de abertura dos envelopes fixada neste edital.

13.22- Para totalizar os pontos referentes aos outros fatores de 01 a 07 serão utilizadas informações do manual técnico do veículo, proposta, informações dos fabricantes e concessionários, inclusive divulgadas pela internet ou sessões especializadas de jornais, diários, e ainda pela observação visual ou pelo conhecimento prático dos membros da Comissão de Licitação e pelo profissional indicado.

13.23- Para avaliação dos pontos referentes à experiência do licitante serão considerados os anos completos, sendo desconsideradas eventuais sobras de meses.

13.24-Na hipótese de coincidência de atuação referente, simultaneamente aos dois fatores 06 e 07, o tempo comum, se houver, será considerado apenas uma vez.

13.25- Serão então, efetuadas pela Comissão de Licitação,as pontuações de todos os concorrentes.

13.26 - As propostas serão então classificadas e ordenadas em ordem decrescente dos valores obtidos.

13.27- Em seguida, serão selecionados os 16licitantes com as maiores pontuações, número corresponde às vagas existentes, para que apresentem os veículos propostos para serem vistoriados diretamente pela Comissão de Licitação ou por assessor técnico que verificará se os fatores foram corretamente aplicados.

13.28 – Caso seja necessária a realização de inspeção técnica,existindo alterações na classificação, ou desclassificações das propostas, a Comissão de Licitação fará as correções necessárias e divulgará o resultado da fase técnica abrindo o prazo de recursos.

13.29 – Ultrapassados os recursos, a Comissão fará a classificação dos licitantes na fase técnica.

14 – DA FASE DE HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

14.1–Conforme preâmbulo deste edital, a presente licitação foi instaurada adotando-se a inversão das fases da licitação, isto é: examina-se primeiro a proposta técnica de todos os interessados para, depois, examinar apenas a documentação dos vencedores da primeira etapa.

14.2- A outorga da permissão para exploração do serviço objeto deste edital será delegada aos licitantes classificados, obedecidos a ordem de classificação, e o número de vagas existentes. Por esta razão, nesta fase que se inicia, são examinados apenas os envelopes de documentação dos licitantes selecionados na fase de proposta técnica.

14.3 – Ultrapassada a fase de recurso da etapa técnica é iniciada a etapa de habilitação, com a abertura dos envelopes de habilitação dos 16 concorrentes selecionados na fase de proposta técnica e que estão sob a guarda da Comissão.

14.4–Constatado a inviolabilidade dos envelopes sob a guarda da Comissão, serão abertos os envelopes, e seu conteúdo será examinado, sendo inabilitados os licitantes que não apresentaram seus documentos na forma exigida no edital. Em seguida os licitantes também examinarão os documentos apresentados pelos demais concorrentes.

14.5- Abertos os envelopes, seus conteúdos serão examinados pela Comissão sendo inabilitados os licitantes que não apresentaram seus documentos na forma exigida no edital.

14.6 - Será inabilitada a licitante que:

- a) Deixar de apresentar qualquer um dos documentos relacionados;
- b) Apresentar documentos com validade vencida;
- c) Apresentar apenas o protocolo de pedido do documento nos respectivos órgãos ou repartições, em substituição ao documento solicitado neste instrumento;
- d) Apresentar documentos de comarcas ou jurisdição diferente de sua sede ou domicílio, quando assim for exigido neste instrumento;
- e) Apresentar documento copiado por fax.

14.7 - Em seguida os licitantes também examinarão os documentos apresentados pelos demais concorrentes.

14.8- Aberto os envelopes com documentos para habilitação dos 16 concorrentes mais bem classificados na fase de proposta técnica, a Comissão lavrará ata ou relatório dos trabalhos, apontando os fundamentos das inabilitações e das razões para a escolha dos novos permissionários.

14.9- Divulgado o resultado dessa fase é aberto novo prazo de recurso na forma do art. 109 da Lei 8666, com relação ao julgamento da documentação.

14.10 - Para fins de verificação da habilitação dos licitantes a aceitação de certidões ou documentos emitidos através da Internet está condicionada a confirmação da autenticidade, pelo Município, junto ao órgão emissor.

14.11 - Os demais documentos solicitados serão apresentados no original ou através de cópia autenticada, ou ainda, cópia acompanhada do original para autenticação pela Comissão de Licitação.

14.12 - No caso de autenticação pela Comissão de Licitação, os originais dos documentos devem ser apresentados à Comissão por ocasião da entrega dos envelopes e serão devolvidos ao licitante no final da sessão.

14.13 - A Documentação referida no item anterior deverá ser apresentada em uma via, em envelope lacrado, opaco, de modo que esteja assegurada sua inviolabilidade com o título:

15 - DOS PROCEDIMENTOS NA SESSÃO INICIAL DO CERTAME

15.1 - Em sessão pública, na data e hora estabelecidas no preâmbulo deste Edital, a Comissão de Licitação receberá os envelopes com a documentação e proposta técnica dos licitantes, rubrica os envelopes e os entrega aos representantes presentes para exame e rubrica.

15.1.1 – Em seguida fará a identificação dos licitantes e representantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

15.2 - Prosseguindo, abre os envelopes com a proposta técnica para em seguida examiná-los e rubricá-los, submetendo-os, na sequência, ao exame e rubrica dos representantes presentes.

15.3 - A Comissão de Licitação, a seu exclusivo critério, poderá optar pela análise da proposta técnica em trabalho interno ou na própria sessão.

15.4 – Estando todos os licitantes presentes, o presidente da comissão poderá divulgar na sessão, o resultado da fase de proposta técnica declarando classificadas para abertura do envelope com a documentação, as 16 propostas com maior pontuação, obedecidos a ordem de classificação, e o número de vagas existentes.

15.5 - Desejando prosseguir a sessão com a abertura do envelope documentação dos licitantes classificados, estando presentes todos os licitantes, o presidente da sessão consultará se os mesmos renunciam ao direito de apresentar recurso com relação a decisão da Comissão de Licitação relativa à fase de proposta técnica.

15.6 - Havendo concordância de todos, o presidente da sessão solicitará que se conste em ata que os mesmos renunciaram ao direito de interpor recurso contra o resultado da fase de proposta técnica. Em seguida dará prosseguindo a sessão com abertura do envelope documentação das licitantes classificadas.

15.7 - Caso não haja renúncia em apresentar recurso por parte de todos os licitantes, a sessão será encerrada sem abertura dos envelopes habilitação. Em sequência, o presidente da sessão declara aberto o prazo de recurso e determinando, também, afixar no quadro de publicações oficiais do município, aviso com o resultado proclamado.

15.8 - No caso da necessidade de sorteio, este será realizado na própria sessão desde que todos os licitantes estejam presentes e renunciem ao direito de apresentar recurso com relação a decisão da Comissão de Licitação relativa à fase de julgamento das propostas.

15.9 - Ocorrendo qualquer das situações em que os envelopes de habilitação fiquem sob a guarda da Comissão de Licitação, estes serão rubricados pelos licitantes presentes e no início da sessão programada para sua abertura, o presidente da sessão os submeterá ao exame de todos os concorrentes para que verifiquem se os envelopes foram violados.

15.11 - Encerrada a sessão, a Comissão e os concorrentes presentes assinarão a respectiva ata da sessão.

16 – DO PREÇO E DO PAGAMENTO PELA OUTORGA

16.1 – Os valores das outorgas para cada táxi dos pontos localizados no Município, são os seguintes:

Ponto 01 – Praça Vicente Prata Mourão -08 vagas - R\$2.000,00 cada;

Ponto 02 – Praça Rosa Mística – 07 vagas – R\$2.000,00 cada;

Ponto 03 – Campestre (zona rural) - 03 vagas - R\$2.000,00 cada;

Ponto 04 – Avenida Ibraim Ribeiro Fernandes – 02 vaga – R\$2.000,00 cada;

Ponto 05 - Praça Vicente Prata Mourão -01 vaga - Deficiente - R\$2.000,00 cada

16.2 - O valor total de cada outorga será pago em uma única parcela.

16.3- Após 60 (sessenta) dias de atraso estará configurado o descumprimento de suas obrigações cuja penalidade será a extinção da permissão.

16.6 – Os permissionários deverão pagar, anualmente, durante toda a vigência da permissão, as taxas devidas e previstas na legislação em especial a emissão de alvará de funcionamento.

17 - DA QUALIFICAÇÃO PARA REPRESENTAR AS LICITANTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

17.1 - O interessado poderá ser representado no certame:

- a) Pelo próprio licitante;
- b) Por procurador munido do respectivo mandato.

17.2 - Se a representação for efetuada pelo próprio licitante, este deverá apresentar à Comissão de Licitação, para exame, o seu CPF e documento de identidade.

17.3 - No caso de procuradores, estes deverão apresentar à Comissão de Licitação, a procuração com firma reconhecida em Cartório, que os credencie como representante do proponente, com poderes mínimos, conforme modelo do ANEXO 7. Os outorgados deverão apresentar, também, seus documentos pessoais.

17.4 - A representação do licitante junto à Comissão de Licitação e em todos os atos do processo licitatório somente poderá ser exercida pelo próprio licitante ou por seu procurador.

17.5 - Na hipótese da proposta ser entregue por mensageiro, este poderá assistir a sessão pública, porém, por lhe faltar qualificação, não poderá se manifestar em nome do licitante.

17.6 – O Município não se responsabilizará por propostas encaminhadas de forma diversa do estabelecido neste Edital ou por seus extravios antes do seu recebimento.

18- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1 – Em face da Comissão Permanente de licitação, no curso do procedimento licitatório, são atacáveis por via de recurso administrativo as seguintes decisões:

- a) Habilitação ou inabilitação dos licitantes;
- b) Julgamento das propostas.

18.2 - Os recursos administrativos obedecerão ao estabelecido no art. 109 da Lei N.º 8.666/93, devidamente fundamentados e serão entregues à Comissão de Licitação dentro do prazo estipulado no art. 109 da Lei N.º 8.666/93.

18.3 - Conforme faculdade prevista no art. 109 § 6º, os licitantes terão o prazo de **5 (cinco) dias** úteis a contar da data de divulgação dos resultados das fases de habilitação e propostas para apresentar recurso contra os julgamentos da Comissão de Licitação.

18.4 - Os recursos serão dirigidos ao Prefeito Municipal de Oliveira Fortes e encaminhados através da Comissão de Licitação conforme estabelece o § 4º do art. 109 da Lei nº 8666/93.

18.5 - Os recursos deverão ser protocolados no Protocolo Geral do Município de Oliveira Fortes ou junto a qualquer membro da Comissão de Licitação. Os recursos protocolados em forma diversa do estabelecido neste Edital serão rejeitados.

18.6 - Somente serão considerados recursos entregues na via original, não sendo aceito cópias dos recursos, ou, ainda, recursos enviados por fax ou por qualquer outro meio de comunicação à distância

18.7 - Os recursos entregues em forma diversa do estabelecido neste instrumento não serão conhecidos.

18.8 - São pressupostos de admissibilidade do recurso:

- A legitimidade;
- O interesse de recorrer;
- A existência de ato administrativo decisório;
- A tempestividade;
- A forma escrita;
- A fundamentação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

- O pedido de nova decisão.

18.9 - Interposto o recurso por um dos licitantes, a Comissão de Licitação comunicará aos demais licitantes que, querendo, poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do da divulgação do resultado.

18.10 - Os recursos têm efeito suspensivo, que alcança o prazo de validade das propostas.

19- DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO E DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

19.1- Como primeiro ato para assinatura do contrato de adesão, o Município notificará os licitantes classificados para agendarem, no prazo de 10 dias a partir do recebimento da intimação, para inspeção no veículo indicado.

19.2 - A Comissão de Licitação poderá solicitar vistoria do veículo indicado pelo licitante, para verificar a adequação do veículo às especificações do edital.

19.3 - Concluída a inspeção, caso necessário, e ultrapassada a fase de recursos, a Comissão fará a classificação dos licitantes.

19.4 - Os licitantes serão classificados sem ordem decrescente do número de pontos obtidos. O maior número de pontos corresponde ao primeiro classificado. Logo em seguida, será feita a distribuição dos táxis pelos diversos pontos.

19.5 – Estão disponíveis 16 vagas. Assim, os primeiros classificados serão convocados para comparecerem à prefeitura para vistoria do veículo e assinatura do contrato de adesão.

19.6 - Cumpridas as formalidades pode-se dar início aos serviços, observando, que os veículos novos também serão vistoriados e verificados para sua adequação à proposta e às condições de edital.

19.7 - O pagamento da única parcela da outorga será efetuado após o permissionário aderir ao contrato cujo modelo consta do ANEXO 2 deste instrumento.

19.8 – Decorrido o prazo estabelecido para apresentar o veículo e existindo licitantes que não responderam à convocação, serão considerados desistentes. Neste caso, serão convocados os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação para preencherem as vagas.

19.9 - Em seguida, o processo será levado à autoridade superior para homologação, adjudicação e autorização para celebrar o contrato de adesão acompanhado do recibo referente ao pagamento da única parcela da outorga.

19.10 – Fica expressamente preservada e observada as demais condições do projeto básico e deste edital, da possibilidade do permissionário do serviço se utilizar de motorista auxiliar.

19.11 - O prazo de 10 dias para apresentar o veículo e aderir ao contrato poderá ser prorrogado por mais 10 dias, uma única vez, a critério exclusivo do poder concedente.

20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - No caso do descumprimento total ou parcial, poderão ser aplicadas ao permissionário as seguintes sanções:

- I. Multa pela recusa em assinar o instrumento contratual - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Instrumento Contratual ou em apresentar os documentos exigidos para sua assinatura no prazo estipulado caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas sujeitando-se ao pagamento da multa de 10% [dez por cento] do valor global do contrato, independentemente da aplicação de sanções prevista no inciso III do artigo 87 da lei 8666/93 republicada no DOU de 06/07/94;
- II. Multa indenizatória - O inadimplemento que resultar em rescisão contratual, excluídas as hipóteses rescisão amigável, força maior ou caso fortuito, e os de falência ou liquidação judicial da permissionária, implicarão na aplicação de multa indenizatória equivalente a



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

- 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, a título de perdas e danos, independente de outras sanções aplicadas;
- III. Multa de mora - Por atraso no pagamento, independentemente do direito de rescindir o instrumento contratual, o Município cobrará da permissionária multa no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato por dia de atraso do item ou etapa em atraso;
- IV. Multas por outras infrações contratuais - Independentemente do direito de rescindir o pactuado quando descumprida pela permissionária qualquer de suas cláusulas, poderá o Município, à sua inteira opção, continuar a execução do pactuado cobrando da permissionária multa de até 5% (cinco por cento) do valor global contratado;
- V. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as infrações cometidas;
- VI. As multas aplicadas serão pagas pela permissionária, diretamente na tesouraria do Município, ou descontadas dos recebimentos não quitados que a tenha direito, ou também, se o saldo não bastar, cobrada mediante ação de execução, acrescidas ao principal os juros de mora, à custas processuais e os honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento) do valor da causa;
- VII. A multa máxima cumulativa a que poderá ser aplicada à permissionária é de (20% vinte por cento) do valor total da outorga que, se atingido, ensejará, a exclusivo critério do Município, a rescisão do contrato;
- VIII. Outras sanções - Por infrações de cláusulas contratuais e considerando a gravidade da infração cometida, além das multas estabelecidas nos itens anteriores, a Administração poderá, cumulativamente ou isoladamente, aplicar à permissionária às seguintes sanções:
- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município por prazo não superior a 02 (dois) anos.

20.2 - Entende-se como valor global do contrato o valor estabelecido para outorga.

21 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1 - O instrumento contratual poderá ser rescindido ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas no ar. 78 da Lei Federal nº 8666/93.

21.2 - A rescisão se fará pelas formas e condições previstas no artigo 79 da mesma lei.

21.3 - Em caso de rescisão contratual são reconhecidos e resguardados os direitos do

22 – DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

22.1 - Extingue-se concessão por:

- Advento do termo contratual;
- Encampação;
- Caducidade;
- Rescisão;
- Anulação.

23 – DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

23.1 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, sem que isso acarrete multa para Administração.

23.2 - A Prefeitura poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

23.3- Qualquer interessado poderá obter o presente Edital mediante solicitação junto à Comissão de Licitação, no endereço contido no preâmbulo deste Edital.

23.4 -O ato de entrega dos envelopes pressupõe o prévio e pleno conhecimento e a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, bem como sobre a real situação dos bens objeto desta licitação, não podendo qualquer proponente alegar o desconhecimento para justificar atos praticados em desacordo com este regulamento

23.5 -Os casos omissos serão examinados e decididos na forma da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

23.6 - A Comissão de Licitação além do recebimento e exame da documentação e das propostas caberá o julgamento e obediência às disposições aqui estabelecidas, bem como decidir as dúvidas ou omissões.

23.7 - Esclarecemos que o preâmbulo, texto e anexos deste instrumento e demais informações fornecidas pelo Município são complementares entre si de modo que qualquer detalhe que se mencione em um local e se omite em outro é considerado especificado e válido.

23.8- O Município poderá, ainda, adiar ou prorrogar prazos para recebimento das propostas e ainda aditar os termos do presente instrumento sem que caiba aos licitantes o direito a indenizações ou reembolso.

23.9 – O Município poderá inabilitar qualquer licitante ou desclassificar suas propostas subordinadamente às condições deste instrumento.

24 - DO FORO

24.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Santos Dumont , Estado de Minas Gerais, para dirimir e resolver quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste edital e, desde já, renunciam a outros por mais privilegiados que sejam.

25- DOS ANEXOS

25.1- São anexos do presente instrumento os seguintes documentos:

Anexo 1	Projeto Básico
Anexo 2	Minuta do Contrato
Anexo 3	Modelo de proposta técnica
Anexo 4	Declaração do Menor
Anexo 5	Declaração de fato impeditivo
Anexo 6	Declaração de Compatibilidade Profissional
Anexo 7	Modelo de procuração
Anexo 8	Veículos de terceiros - Autorização do proprietário para representá-lo na licitação
Anexo 9	Declaração do licitante de que cumpre os requisitos para habilitação
Anexo 10	Termo de compromisso do licitante em adquirir o veículo de terceiros e levá-lo para inspeção, no prazo de 20 dias



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

Anexo 11	Fatores de julgamento
Anexo 12	Declaração de residência
Anexo 13	Relação de documentos para proposta técnica
Anexo 14	Relação de documentos para habilitação

Oliveira Fortes, MG, 19 de Março de 2020.

Marlene Nepomuceno da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

Elisa Otoni da Silveira
apoio

Roberto José dos Reis
apoio

Antonio Carlos de Oliveira
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 1

PROJETO BÁSICO

SERVIÇO DE TAXI DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA FORTES/MG

1 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Permissão de serviço público de transporte individual de passageiros na área urbana e rural do Município de Oliveira Fortes - Serviço de Taxi – para Outorga de Permissão de serviço público de transporte individual de passageiros do Município - Serviço de Taxi – visando adequar e regularizar o serviço de taxi em Oliveira Fortes-MG.

2- DAS PLACAS

2.1 - Serão disponibilizadas para disputa na licitação 20 placas para veículos de aluguel, além da reserva de 1(uma) vaga para eventuais interessados/condutores com deficiência.

2.2 -Homologada a licitação e após assinatura do contrato de adesão pelos novos permissionários, as atuais placas serão automaticamente canceladas e recolhidas pelo Município.

2.3 - Após a assinatura do contrato, o novo permissionário, por sua conta, deverá tomar as providências para emplacamento e início das atividades.

2.3.1 - Os custos com a confecção e substituição das placas, os custos com as transferências dos veículos, bem como as despesas com compras e colocações dos adesivos para comunicação visual dos veículos serão ônus dos permissionários incluindo taxas de transferências cobradas pelo DETRAN.

2.4 - Somente serão concedidas nesta licitação uma placa por CPF, no total de 20(vinte) placas, além da reserva de 1(uma) vaga para eventuais interessados/condutores com deficiência.

2.5 -É proibida a comercialização de placas. O permissionário que desistir do serviço deverá devolver a placa ao município.

2.6 - É terminantemente vedado transferir a permissão outorgada sob qualquer argumento ou circunstância em razão da observância da CF art. 175, bem como dos princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e obrigação de licitar.

2.7 – As permissões somente serão autorizadas após apresentação dos veículos com respectivos laudos atestando que os mesmos cumprem as exigências do edital.

3- DOS VEÍCULOS

3.1 - Qualquer substituição dos veículos, inclusive as de caráter voluntário, somente será permitida por veículos zero quilômetro.

3.2–Quando o veículo estiver próximo de exceder a 10(dez) anos de fabricação, deverá ser substituído por outro de no máximo 05 (cinco) anos de fabricação, com características idênticas aos adjudicados na licitação.

3.3 – A comprovação das condições do veículo será por Comissão ou funcionário designado pelo município, e se dará:

- a) Pelo exame do documento de licenciamento do veículo;
- b) Pelas propostas técnicas apresentadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

- c) Pela documentação técnica anexa à proposta e;
- d) Por inspeção no veículo.

3.4 -Será obrigatória a caracterização do veículo, através de adesivos conforme modelos a serem entregues pela Prefeitura aos permissionários.

4 - DOS MOTORISTAS

4.1 – Somente serão classificados permissionários que tenham CNH, categoria B ou superior.

4.2- Qualquer substituição dos veículos, inclusive de caráter voluntária, somente será permitida por veículos de no máximo 05 (cinco) anos de fabricação.

4.3 - A cada 10(dez) anos de fabricação do veículo, o mesmo deverá substituído por outro, com características idênticas aos adjudicados na licitação.

4.4 -Fatores para julgamento:

FATOR DE JULGAMENTO	FATORES A SEREM CONSIDERADOS PARA JULGAMENTO
1	ANO DE FABRICAÇÃO
2	CAPACIDADE DO MOTOR (CC)
3	CAPACIDADE DO PORTA MALAS
4	AR CONDICIONADO
5	NÚMERO DE LUGARES INCLUSIVE MOTORISTA
6	EXPERIÊNCIA COMO MOTORISTA PROFISSIONAL
7	EXPERIÊNCIA COMO MOTORISTA DE TAXI

5 – DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Cada taxi será designado para estacionar em um dos seguintes pontos:

Ponto	Localização	Número de Táxi por ponto
01	Praca Vicente Prata Mourão	08
02	Praca Rosa Mística	07
03	Campestre (zona rural)	03
04	Avenida Ibraim Ribeiro	02
05	Praca Vicente Prata Mourão	01 (Deficiente)

5.2 - A distribuição dos veículos nos pontos far-se-á pelo critério de escolha dos licitantes. Para a definição da ordem de escolha, será respeitada a ordem de classificação através da pontuação obtida e o número de vagas disponíveis em cada ponto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

5.3 - Os táxis, aguardando passageiro, devem ficar estacionados nos respectivos pontos, sendo proibido estacionar em qualquer outro ponto sob pena de ter cassada sua outorga.

5.4 - É terminantemente proibido abordar usuários do transporte coletivo regular de passageiros nas dependências de eventual rodoviária existente ou que venha a existir ou em suas proximidades.

5.5- O permissionário ou seu motorista auxiliar deverão se apresentar no serviço devidamente trajado e portando crachá.

6- DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO

6.1 - Os veículos objeto deste edital deverão operar:

a) por um número mínimo de dias por mês equivalente ao número de dias úteis, incluindo os sábados, mais um dia;

b) Por, no mínimo, 06 horas diárias;

d) Fica o Permissionário autorizado a eximir-se do cumprimento da obrigação mínima de serviço por um período de 30 dias por ano;

e) O Município poderá organizar plantões em sistema de rodízio para atender nos fins de semana e feriados, ou, disponibilizar o telefone do plantonista e divulgá-lo;

f) Dos plantões poderão participar os motoristas auxiliares;

g) O motorista designado para plantonista deverá disponibilizar seu telefone afixando o número da linha em quadro de aviso localizado próximo ao seu ponto.

6.2 - Havendo interesse, o MUNICÍPIO poderá autorizar mudanças nos horários de funcionamento em função de novas demandas devendo o PERMISSONÁRIO se adequar a esses horários.

7 - DA REMUNERAÇÃO PELO SERVIÇO PRESTADO AOS USUÁRIOS

7.1 - Pela prestação do serviço, o usuário pagará ao permissionário valor a ser fixado em Decreto a ser regulamentado pelo Executivo Municipal.

7.2 - O ato normativo se refere a preços máximos podendo seus valores serem negociados pelas partes, visando a redução de valores.

7.3 - É obrigatório cada táxi portar uma cópia do ato administrativo que autorizou a tarifa em cobrança para consulta pelos usuários.

8 - DO REAJUSTAMENTO DA TARIFA

8.1 - Os preços tabelados e/ou aprovados pela Administração Municipal para os serviços serão fixos e irrevogáveis por um período de 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato.

8.2 - Respeitada a periodicidade de 12 meses os preços da TABELA terão reajuste de acordo com a variação do Índice "IPCA" do período.

8.3 - O reajuste apurado, será aplicado para os serviços realizados a partir do dia em que se tornem conhecidos os índices e após aprovação do Executivo Municipal através de ato próprio.

9 - DO PRAZO

9.1 - O prazo da Permissão será de 15(quinze)anos, a partir da assinatura, podendo ser revogado, sumariamente a qualquer tempo e sem ônus para o Município, observada a natureza precária e discricionária da permissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

9.2 - Havendo conveniência para a administração municipal o prazo contratual pode ser prorrogado por igual período, uma única vez, desde que esteja presente o interesse público e restem atendidos os requisitos normativos vigentes.

9.3 – Deverá, também, observar, na prestação dos serviços, sob pena de cassação da PERMISSÃO e rescisão do Contrato, toda e qualquer prescrição e norma de caráter sanitário expedida pelos órgãos públicos competentes e legislação correlata.

9.4 – O permissionário deverá responder por todos os prejuízos causados à Prefeitura, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pela Prefeitura exclua ou atenua essa responsabilidade.

9.5 – O permissionário deverá afastar do serviço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer motorista auxiliar que na opinião da fiscalização não execute o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou ainda, quando se comportar de forma desrespeitosa, desordenada ou indesejável, ou seja, inconveniente ou desrespeitoso com funcionários do município ou com o público, ou ainda que não realize seu serviço de forma adequada deverá ser substituído no prazo máximo de 24 horas, contados a partir do momento da comunicação.

9.6 – O permissionário deverá submeter-se a fiscalização e controle da execução por parte do **MUNICÍPIO**, permitindo aos encarregados da fiscalização, livre acesso, em qualquer época aos veículos alocados

10 - DO VALOR E DO PAGAMENTO DA OUTORGAS

10.1 – Os valores das outorgas para cada táxi dos pontos localizados no Município, são os seguintes:

Ponto 01 – Praça Vicente Prata Mourão -08 vagas - R\$ 2.000,00 cada;

Ponto 02 – Praça Rosa Mística – 07 vagas – R\$ 2.000,00 cada;

Ponto 03 – Campestre (zona rural) - 03 vagas - R\$ 2.000,00 cada;

Ponto 04 – Avenida Ibraim Ribeiro Fernandes – 02 vaga – R\$ 2.000,00 cada;

Ponto 05 - Praça Vicente Prata Mourão -01 vaga - Deficiente - R\$ 2.000,00 cada

10.2 - O valor total de cada outorga será pago em uma única parcela.

10.3 - O pagamento desta parcela será efetuado na data em que o permissionário aderir ao contrato cujo modelo consta no ANEXO 2 deste instrumento.

10.4 – O não pagamento das condições acima caracterizará o inadimplemento das obrigações, implicando na sua exclusão do certame.

10.5 - Após 30 (trinta) dias de atraso estará configurado o descumprimento de suas obrigações cuja penalidade será a extinção da permissão.

10.6 – Os permissionários deverão pagar anualmente durante toda a vigência da permissão as taxas devidas e previstas na legislação em especial a emissão de alvará de funcionamento.

Oliveira Fortes /MG, 19 de Março de 2020.

Marlene Nepomuceno da Silva
Presidente da Comissão de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

Elisa Otoni da Silveira - apoio

Roberto José dos Reis- apoio

**Antonio Carlos de Oliveira
Prefeito**



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 2

LICITAÇÃO nº 036/2020 – Concorrência nº 001/2020.

MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS

CONDIÇÕES GERAIS CONTRATUAIS

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA FORTES/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.747.957/0001, com sede à Praça Vicente Prata Mourão, 63, Centro, Oliveira Fortes, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF 077.764.278-61, a seguir denominado poder concedente, delega aos licitantes vencedores da Licitação em referência que aderirem a este termo, adiante denominado permissionário, a execução de serviço de táxi do Município de Oliveira Fortes, através de veículo de sua propriedade, devidamente identificado, na cláusula primeira designado para atendimento no Ponto _____.

PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- Execução do serviço público de transporte individual de passageiros do Município de Oliveira Fortes estritamente vinculado ao objeto do Processo de Licitação nº 036/2020, com remuneração do serviço através de valor fixado em Decreto do Poder Executivo Municipal.

1.2 -O presente instrumento é regido pelas Leis Federais 8.666/93 e 8987/95 e Lei Municipal nº 883/2020.

SEGUNDA - DA ADESÃO

2.1 De acordo com o art. 2º inciso IV da Lei Federal 8987 a presente permissão é concedida à título precário e revogável a qualquer tempo, sem ônus para o Município.

2.2 – Os permissionários, através do termo de adesão expressamente declaram aderir a todas as cláusulas e condições do presente termo, e do edital da licitação nº 036/2020.

2.3 - Como ato precário a presente permissão pode ser alterada ou revogada a qualquer momento pelo Município.

TERCEIRA - DO VEÍCULO A SER USADO NO SERVIÇO

3.1 - Para execução do serviço objeto da licitação nº 036/2020, o licitante utilizará o veículo especificado no termo de adesão.

3.2- Sempre que o veículo completar 10 anos de fabricação deverá ser substituído.

QUARTA – DO HORÁRIO MÍNIMO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

4.1 – Os veículos objeto deste edital deverão operar:

a) Por um número mínimo de dias por mês equivalente ao número de dias úteis, incluindo os sábados mais um;

b) Por, no mínimo, 06 horas diárias;

c) O permissionário deverá exercer uma carga horária semanal de trinta horas salvo por motivo justo autorizado pelo Município;

d) Fica o Permissionário autorizado a eximir-se do cumprimento da obrigação mínima de serviço por um período de 30 dias por ano;

e) Os permissionários e os motoristas auxiliares deverão freqüentar cursos de aprimoramento indicado pelo Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

4.2 - Havendo interesse do usuário, o Município poderá autorizar mudanças nos horários de funcionamento em função de novas demandas devendo o permissionário se adequar a esses horários.

4.3 - Somente será permitido afixar nos veículos avisos e propagandas institucionais após prévia autorização por escrito e no local indicado pelo Município.

4.4 - A outorga pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido em lei, nas normas pertinentes e neste contrato.

4.5 - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

5 - DO PRAZO

5.1 - O prazo da Permissão será de 15 anos contados, a partir da assinatura do TERMO DE ADESÃO, podendo ser revogado, sumariamente a qualquer tempo e sem ônus para o Município, observada a natureza precária e discricionária da permissão.

5.2 - Deverá, também, observar, na prestação dos serviços, sob pena de cassação da permissão e rescisão do Contrato, toda e qualquer prescrição e norma de caráter sanitário, segurança do trabalho e meio ambiente, expedida pelos órgãos públicos competentes e legislação correlata.

5.3 - Deverá responder por todos os prejuízos causados à Prefeitura, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pela Prefeitura exclua ou atenuie essa responsabilidade.

5.4 - O permissionário deverá afastar do serviço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer motorista auxiliar que na opinião da fiscalização não execute o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou ainda, quando se comportar de forma desrespeitosa, desordenada ou indesejável, ou seja, inconveniente ou desrespeitoso com funcionários do município ou com o público, ou ainda que não realize seu serviço de forma adequada deverá ser substituído no prazo máximo de 24 horas, contados a partir do momento da comunicação.

5.4 - O permissionário deverá zelar pela disciplina de seus empregados, aos quais são vedados a prática de qualquer tipo de jogo, venda de rifas, bilhetes etc, circulação de pedidos, manifestos etc, consumo de bebidas alcoólicas.

5.5 - O permissionário deverá submeter-se a fiscalização e controle da execução por parte do Município, permitindo aos encarregados da fiscalização, livre acesso, em qualquer época aos veículos alocados.

7 - DO PREÇO E DO PAGAMENTO PELA OUTORGA

7.1 - O valor da outorga para taxi no ponto localizado na _____ é de R\$ ____ (_____).

7.2 - O valor total da outorga será pago em uma única parcela.

7.3 - Qualquer atraso no pagamento caracterizará inadimplemento das obrigações ficando o devedor passível de sanções.

7.4 - Após 30 (trinta) dias de atraso estará configurado o descumprimento de suas obrigações cuja penalidade será a extinção da permissão

7.5 - Os licitantes permissionários deverão pagar anualmente durante toda a vigência da permissão as taxas devidas e previstas na legislação municipal, inclusive o respectivo alvará.

8 - DA FISCALIZAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

8.1 –No exercício da Fiscalização, o Município terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos econômicos e financeiros da permissionária.

8.2 - Responsabilidade por prejuízos:Incumbe à permissionária a execução dos serviços, cabendo-lhe a responsabilidade por todos os prejuízos causados ao Município, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo Município exclua ou atenua essa responsabilidade.

8.3 - A fiscalização da execução do contrato ficará a cargo do Município por servidor ou pessoa jurídica especialmente designada para esse fim, que, entre outras, terá a atribuição de atestar a realização do objeto de conformidade com o previsto neste instrumento.

8.4 - Qualquer entendimento entre a fiscalização e a permissionário será sempre por escrito, não sendo levadas em consideração, para nenhum efeito, quaisquer alegações fundadas em ordens ou declarações verbais.

8.5 - A fiscalização é exercida no interesse do Município e não exclui ou reduz a responsabilidade exclusiva do permissionário, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, as quais, se verificadas, não implicarão em co-responsabilidade do Município ou de seus prepostos.

8.6 - O Permissionário deve sempre procurar meios de obter e conseguir para o usuário o melhor serviço possível assim entendido aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, conforme definido serviço adequado na lei federal nº 8987/95 (no que couber) e no Código de Defesa do Consumidor.

09 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - No caso do descumprimento total ou parcial, poderão ser aplicadas ao permissionário as seguintes sanções:

a) **Multa pela recusa em assinar o instrumento contratual** - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Instrumento Contratual ou em apresentar os documentos exigidos para sua assinatura no prazo estipulado caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas sujeitando-se ao pagamento da multa de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, independentemente da aplicação de sanções prevista no inciso III do artigo 87 da lei 8666 / 93.

b) **Multa indenizatória** - O inadimplemento que resultar em rescisão contratual, excluídas as hipóteses rescisão amigável, força maior ou caso fortuito, e os de falência ou liquidação judicial da permissionária, implicarão na aplicação de multa indenizatória equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, a título de perdas e danos, independente de outras sanções aplicadas.

c) **Multa de mora** - Por atraso no pagamento, independentemente do direito de rescindir o instrumento contratual, o Município cobrará da permissionária multa no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato por dia de atraso do item ou etapa em atraso.

d) **Multas por outras infrações contratuais** - Independentemente do direito de rescindir o pactuado quando descumprida pela permissionária qualquer de suas cláusulas, poderá, o Município, à sua inteira opção, continuar a execução do pactuado cobrando da permissionária multa de até 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

- As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as infrações cometidas;
- As multas aplicadas serão pagas pela permissionária, diretamente na tesouraria do Município, ou descontadas dos recebimentos não quitados que a tenha direito, ou também, se o saldo não bastar, cobrada mediante ação de execução, acrescidas ao principal os juros de mora, às custas processuais e os honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento) do valor da causa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

- A multa máxima cumulativa a que poderá ser aplicada à permissionária é de 10% (dez por cento) do valor total deste instrumento que, se atingido, ensejará, a exclusivo critério do MUNICÍPIO, a rescisão do contrato;

Outras sanções - Por infrações de cláusulas contratuais e considerando a gravidade da infração cometida, além das multas estabelecidas nos itens anteriores, a Administração poderá, cumulativamente ou isoladamente, aplicar à permissionária às seguintes sanções:

- 1) Advertência;
- 2) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.3 - Entende - se como valor global do contrato o valor estabelecido para pagamento da outorga pelo permissionário.

10 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido ocorrendo qualquer uma das hipóteses prevista no ar. 78 da Lei 8666/93.

10.2- A rescisão se fará pelas formas e condições previstas no artigo 79 da mesma lei.

10.3 -Em caso de rescisão contratual são reconhecidos e resguardados os direitos do Município estabelecidos no art. 80 da Lei 8.666/93

11 - DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

11.1 –Extingue-se concessão por:

- 1– Advento do termo contratual;
- 2– Encampação;
- 3– Caducidade;
- 4– Rescisão;
- 5 – Anulação.

12- DA INTERVENÇÃO

12.1 - O Município poderá intervir na permissão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas do contrato de adesão, regulamentos e demais dispositivos legais pertinentes.

12.2- A intervenção far-se-á por decreto municipal que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

12 - FORO

É competente o foro da comarca de Senador Firmino para dirimir dúvidas sobre a execução do objeto deste contrato.

Oliveira Fortes, __ de ____ de _____.

Concedente

Concessionário



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 3 MODELO DE PROPOSTA TECNICA

LICITAÇÃO Nº 036/2020

PROPONENTE			
Nome completo:			
Logradouro:		Nº	Bairro:
Cidade:	UF:	CEP:	Tel:
CPF:	RG:		

01 - DECLARAÇÃO

Para obter a Outorga da Permissão a ser emitida pelo Município de Oliveira Fortes/MG a título precário e revogável a qualquer tempo para exploração do **Serviço público** de transporte individual de passageiros - Serviço de Taxi –, declaro concordar com o valor da outorga e as condições de pagamento a seguir especificado.

02 – DO PREÇO E DO PAGAMENTO PELA OUTORGA

2.1– O valor proposto para a outorga de taxi no ponto _____, localizado na _____ é de R\$ _____

2.1.1 - O valor total da outorga será pago em uma única parcela.

2.2 O pagamento da única parcela será efetuada na data em que o permissionário aderir ao contrato cujo modelo consta dos ANEXO 2 deste instrumento.

2.3 – Qualquer atraso no pagamento caracterizará inadimplemento da obrigação ficando o devedor passível de sanções.

2.4 - Após 30 (trinta) dias de atraso estará configurado o descumprimento de suas obrigações cuja penalidade será a extinção da permissão.

2.5 – Os permissionários deverão pagar anualmente durante toda a vigência da permissão as taxas devidas e previstas na legislação em especial a emissão de alvará de funcionamento.

3–VEÍCULO PROPOSTO

PLACA	
MARCA	
MODELO	

04 –EXPERIÊNCIA DO LICITANTE COMO MOTORISTA PROFISSIONAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

NÚMERO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
DATA DA HABILITAÇÃO INICIAL	
<u>5 – EXPERIÊNCIA DO LICITANTE COMO MOTORISTA DE TÁXI</u>	
PERÍODO	
MUNICÍPIO	

6 - APLICAÇÃO DOS FATORES

FATOR DE	FATORES A SEREM CONSIDERADOS	CONDIÇÕES
1	ANO DE FABRICAÇÃO	
2	CAPACIDADE DO MOTOR (CC)	
3	CAPACIDADE DO PORTA MALAS	
4	AR CONDICIONADO	
5	NÚMERO DE LUGARES INCLUSIVE MOTORISTA	
6	EXPERIÊNCIA COMO MOTORISTA PROFISSIONAL	
7	EXPERIÊNCIA COMO MOTORISTA DE TAXI	

7 – DA AVALIAÇÃO DOS FATORES

FATOR 1 - ANO DE FABRICAÇÃO

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	PONTOS	RESERVADO PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO
2020	25	
2019	20	



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

2018	15	
2017	10	
2010 a 2016	05	

FATOR 2 - CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DO MOTOR

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	PONTOS	RESERVADO PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MOTOR 1.3 OU SUPERIOR	10	
MOTOR CAPACIDADE VOLUMÉTRICA INFERIOR A 1.3	5	

FATOR 3 – CAPACIDADE DO PORTA MALAS

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	PONTOS	RESERVADO PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ACIMA DE 380 LTS - OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO LTS	15	
ACIMA DE 260 LITROS - ATÉ 380 INCLUSIVE	10	
INFERIOR A 260 LITROS	05	

FATOR 4 - VEÍCULO POSSUI AR CONDICIONADO INSTALADO

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	PONTOS	RESERVADO PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SIM	10	
NÃO	05	

FATOR 5 - CAPACIDADE DE PASSAGEIROS INCLUSO MOTORISTA

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	PONTOS	RESERVADO PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Veículo com 6 ou 7 lugares	10	
Veículo com 5 Lugares	05	



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

FATOR 6 –TEMPO TOTAL DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE COMO MOTORISTA PROFISSIONAL

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	FAIXA DE PONTOS	RESERVADO PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Acima de 10 anos	10	
Acima de 03 até 10 anos de habilitação	05	
Até 3 anos	02	

FATOR 7 – TEMPO TOTAL DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE COMO MOTORISTA DE TÁXI

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	PONTOS	RESERVADO PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Acima de 10 anos	10	
Acima de 03 até 10 anos de habilitação	05	
Até 3 anos	02	

A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias

Local:

Data:

Assinatura do Licitante:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 4
MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR
LICITAÇÃO N.º 036/2020
DECLARAÇÃO

PROPONENTE			
Nome completo:			
Logradouro:		Nº	Bairro:
Cidade:	UF:	CEP:	Tel:
CPF:	RG:		

....., inscrito no CPF n.º, **DECLARA, sob as penas da Lei em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
().

Local e data.....

Assinatura, qualificação e carimbo
(Representante legal do licitante)

PROPONENTE	
Nome:	
Assinatura do Licitante:	
Identidade:	CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO
LICITAÇÃO N.º 036/2020

PROPONENTE			
Nome completo:			
Logradouro:		Nº	Bairro:
Cidade:	UF:	CEP:	Tel:
CPF:	RG:		

DECLARAÇÃO

O Licitante acima identificado, declara para fins de participação e habilitação no Processo Licitatório **Nº 036/2020**, sob as penas da Lei, que até a presente data desconhece a existência de fatos impeditivos à sua habilitação, e que se responsabiliza em comunicar ao Município de Oliveira Fortes a superveniência de fato impeditivo da habilitação, e ainda, que não se encontra incurso nos impedimentos e/ou sanções impeditivas de participar de Licitações, conforme previsto nos artigos 9º, § 2º, e 87, incisos III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Por ser verdade firma a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2020.

PROPONENTE	
Nome:	
Assinatura	
Identidade:	CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 6

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE INTERESSES DO LICITANTE NA CONDIÇÃO DE PERMISSIONÁRIO

LICITAÇÃO N.º 036/2020

PROPONENTE			
Nome completo:			
Logradouro:		Nº	Bairro:
Cidade:	UF:	CEP:	Tel:
CPF:	RG:		

Para fins de participação e habilitação no Processo Licitatório N° 036/2020, o licitante acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não é servidor efetivo temporário ou comissionado da administração direta ou indireta do Município de Oliveira Fortes - MG, ativo ou licenciado. Declara, também, não existir incompatibilidade de interesses profissionais do licitante à condição de permissionário uma vez que não trabalha como funcionário, empregado, permissionário, contratado, proprietário ou sócio de empresa do mesmo setor da licitação ou de outro, que preste ou prestou serviço ao Município de Oliveira Fortes - MG.

PROPONENTE	
Nome:	
Assinatura	
Identidade:	CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 7 MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

(Nome/) _____, CPF _____, com sede na (logradouro), n.º _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____ por seu representante legal infra-assinado Sr. _____, (nacionalidade), (profissão), identidade n.º _____, expedida por _____, CPF _____ residentes à (logradouro), n.º _____, bairro _____ na cidade de _____, Estado de _____.

OUTORGADO

Sr _____, (nacionalidade), (profissão), identidade n.º _____, expedida por _____, CPF _____ residentes à (logradouro), n.º _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____.

PODERES

Para representá-lo na Licitação n.º036/2020 promovida pelo Município de Oliveira Fortes, podendo o dito procurador, participar de todos os atos do certame, assinar atas, recibos e outros documentos, acordar, discordar, desistir, renunciar, transigir, impugnar, reconvir, recorrer, representar e funcionar junto à Comissão de Licitação no que for necessário.

Local e data



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 8

AUTORIZAÇÃO

(Nome) _____, CPF _____, residente (logradouro), n.º _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____ proprietário do veículo a seguir identificado:

PROPRIETÁRIO	
PLACA	
MARCA	
MODELO	
RENAVAN	
ANO DE FABRICAÇÃO	

AUTORIZA

O Sr _____, (nacionalidade), (profissão), identidade n.º _____, expedida por _____, CPF _____ residente à (logradouro), n.º _____, bairro _____ na cidade de _____, Estado de _____ a apresentar o citado veículo para participar da licitação _____ na qual é interessado.

Oliveira Fortes, _____ de _____ de 2020.

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 9

REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

PROPONENTE			
Nome completo:			
Logradouro:		Nº	Bairro:
Cidade:	UF:	CEP:	Tel:
CPF:	RG:		

DECLARAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 036/2020

O LICITANTE ACIMA QUALIFICADO DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, QUE CUMPRE OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO NO PROCESSO LICITATÓRIO EM REFERÊNCIA.

_____, ____ de _____ de 2020.

PROPONENTE	
Nome:	
Assinatura	
Identidade:	CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 10 TERMO DE COMPROMISSO

PROPONENTE			
Nome completo:			
Logradouro:		Nº	Bairro:
Cidade:	UF:	CEP:	Tel:
CPF:	RG:		

O licitante acima qualificados e compromete, sob as penas da lei, na hipótese de ser um dos vencedores da disputa, o compromisso em adquirir, do atual proprietário, o veículo a seguir identificado, que apresentei na minha proposta técnica referente à Licitação nº036/2020.

PLACA	
MARCA	
MODELO	
RENAVAN	
ANO DE FABRICAÇÃO	

PROPONENTE	
Nome:	
Assinatura	
Identidade:	CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 11

FATORES PARA JULGAMENTO FAIXAS DE PONTUAÇÃO

FATOR 1 - ANO DE FABRICAÇÃO

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	PONTOS	JULGAMENTO
2020	25	
2019	20	
2018	15	
2017	10	
2010 a 2016	05	

FATOR 2 - CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DO MOTOR

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	PONTOS	JULGAMENTO
MOTOR 1.3 OU SUPERIOR	10	
MOTOR CAPACIDADE VOLUMÉTRICA INFERIOR A 1.3	5	

FATOR 3 – CAPACIDADE DO PORTA MALAS

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	PONTOS	JULGAMENTO
ACIMA DE 380 LTS - OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO LTS	15	
ACIMA DE 260 LITROS - ATÉ 380 INCLUSIVE	10	
INFERIOR A 260 LITROS	05	

FATOR 4 - VEÍCULO POSSUI AR CONDICIONADO INSTALADO

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	PONTOS	JULGAMENTO
---------------------------	--------	------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

SIM	10	
NÃO	05	

FATOR 5 - CAPACIDADE DE PASSAGEIROS INCLUSO MOTORISTA

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	PONTOS	JULGAMENTO
Veículo com 6 ou 7 lugares	10	
Veículo com 5 Lugares	05	

FATOR 6 – TEMPO TOTAL DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE COMO MOTORISTA PROFISSIONAL

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	FAIXA DE PONTOS	JULGAMENTO
Acima de 10 anos	10	
Acima de 03 até 10 anos de habilitação	05	
Até 3 anos	02	

FATOR 7 – TEMPO TOTAL DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE COMO MOTORISTA DE TÁXI

OPÇÕES PARA ENQUADRAMENTO	PONTOS	JULGAMENTO
Acima de 10 anos	10	
Acima de 03 até 10 anos de habilitação	05	
Até 3 anos	02	



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 12 MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA LICITAÇÃO Nº 036/2020

LICITANTE			
Nome completo:			
Logradouro:		Nº	Bairro:
Cidade:	UF:	CEP:	Tel:
CPF:	Email:		

O licitante acima qualificado, considerando as disposições do edital nº 036/2020, considerando a necessidade de comprovar sua residência através de documentos de cobrança das concessionárias de água ou energia, considerando que tais documentos não são emitidos em seu nome, que de fato reside no endereço acima, vem solicitar que se realize diligência para comprovar os fatos relatados e que se dê prosseguimento da licitação declarando o requerente habilitado.

Local, data, _____ 2020.

Assinatura _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 13

LICITAÇÃO n° 036/2020

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A PROPOSTA TÉCNICA

I	Para as informações solicitadas nas alíneas a) e e), a serem preenchidas pelos licitantes. Utilizar o modelo do ANEXO 3 . a) Declaração do licitante de que concorda com o valor e a forma de pagamento da outorga; b) Identificação do veículo indicado e de seu proprietário; c) Especificações dos veículos, critérios de aceitabilidades e Fatores de julgamento conforme indicado no referido ANEXO 3 ; d) Experiência do licitante como motorista profissional; e) Experiência como motorista de táxi.
II	Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo indicado por cada licitante.
II	Comprovantes de pagamento do IPVA de 2020 do veículo indicado pelo licitante, exceto se o veículo já estiver licenciado como táxi.
IV	Para veículos de propriedade de terceiros, o licitante deverá apresentar Declaração, de que, se compromete, sob as penas da lei, no prazo de 20 dias contados da data de divulgação do resultado, em adquirir o veículo indicado, veículo este, que atenda as especificações ANEXO 12 .
V	Ainda, para veículos de propriedade de terceiros, o licitante deverá apresentar declaração conforme ANEXO 8 firmada pelo proprietário do veículo, de que autoriza o licitante a apresentar seu o veículo na licitação.
VI	Se optar por indicar veículo novo, zero quilômetro, em fase de aquisição, deverá apresentar adicionalmente Nota Fiscal de Compra.
VII	Apresentar, ainda, folder, panfletos documento técnico ou declarações, da montadora ou da sua rede de concessionárias ou, ainda, via internet. referente ao veículo indicado, demonstrando que o mesmo atende às especificações no ANEXO 11 deste instrumento.
VIII	Cópia da Carteira Nacional de Habilitação, emitida em nome do licitante para comprovar o tempo de habilitação e categoria do licitante.
IX	Declaração de que cumpre os requisitos para habilitação conforme modelo do ANEXO 9 .
X	Certidões, atestados e declarações firmadas pelo responsável pelo do serviço de taxi da prefeitura ou pelo prefeito, informando período que o licitante exerceu a atividade de motorista de taxi no município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA FORTES

ANEXO 14

LICITAÇÃO Nº 036/2020

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA
I – Cópia da Cédula de Identidade do licitante
REGULARIDADE FISCAL
I - Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Receita Federal
II - Certidão Negativa de Débito com o Município de residência do Licitante com validade na data fixada para a entrega dos envelopes de documentação
III - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, com validade na data fixada para a entrega dos envelopes de documentação
IV – Certidão Negativa de Débitos com o Estado de domicílio do licitante, com validade na data fixada para a entrega dos envelopes de documentação
V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1o de maio de 1943.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA
I - certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de execução patrimonial expedida pela justiça comum do domicílio do licitante
OUTROS DOCUMENTOS
I - Declaração do licitante que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos – Modelo do ANEXO 4
II - Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei n.º 8.666/93, alterado pela Lei n.º 9.648/98, nos termos do modelo constante do ANEXO 5 deste Edital.
III - Declaração de compatibilidade profissional do licitante à condição de permissionário ANEXO 6
IV - Comprovante de residência utilizando faturas de água ou energia emitida em nome do licitante a não mais de 60 (sessenta) dias da data da sessão inaugural do certame, ou, não possuindo os documentos em seu nome, o licitante deverá, adicionalmente, apresentar declaração esclarecendo a situação ANEXO 12
V - Comprovante de inscrição INSS como autônomo
VII – Atestado médico de sanidade física e mental